



Of. nº 10/1.127--SEMAD/DGD/MM

Novo Hamburgo, 12 de setembro de 2018.

Ao Excelentíssimo

FELIPE KUHN BRAUN

Presidente da Câmara de Vereadores

Novo Hamburgo – RS

Assunto: RESPONDE INDICAÇÃO Nº 3.793/2018

Senhor Presidente,

Vimos à presença de Vossa Excelência, em atendimento à Indicação em epígrafe, protocolada sob nº **552815/2018**, de autoria do Vereador Juliano da Silva, informar esta já foi uma proposição da casa legislativa sob o nº PL61/2017.

O parecer da procuradoria foi pela inconstitucionalidade, eis que flagrante o vício orgânico tendo em vista que viola o art. 22, I da CF que disciplina as competências privativas da União e, detre elas, o Direito do Trabalho.

Apesar da Indicação buscar preservar o interesse local ao reservar tais vagas para os moradores do Município, esta deve guardar respeito aos princípios constitucionais aplicáveis.

O Município, ao obrigar as Empresas prestadoras de serviços a reservar porcentagens de residentes em suas vagas, viola preceito constitucional.

Sobre este tema há decisão do STF – ADIN nº 70069831857/TJ (ADI 4467).

Atenciosamente,

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
PROTOCOLO
DOC Nº 1002644/2018-1401

13 SET. 2018

NEI SARMENTO

Procurador Geral do Município